

CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS P/PESSOAL DA M

Estudo Técnico Preliminar 20/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63997.000649/2026-12

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade de contratação de empresa especializada na área de Tecnologia da Informação (TI).

2.2. Os serviços deverão ser executados de forma indireta, contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM), situada no Rio de Janeiro/RJ.

2.3. A contratação tem como objetivo garantir a adequada sustentação, manutenção e evolução dos serviços de TI, de modo a assegurar a continuidade das atividades institucionais, a eficiência operacional e o regular funcionamento dos sistemas e da infraestrutura tecnológica da organização.

2.4. Ressalta-se que a execução dos serviços deverá observar rigorosamente as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (TR), bem como a legislação vigente aplicável às contratações públicas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Tecnologia da Informação	José Augusto Ramos Belmont
Departamento de Tecnologia da Informação	Thiago Henrique Rodrigues
Departamento de Tecnologia da Informação	Heitor Gonçalves Bittencourt
Departamento de Tecnologia da Informação	Weberton Oliveira da Silva

4. Necessidades de Negócio

4.1. A CCCPM apresenta a necessidade de contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio técnico, com dedicação exclusiva de mão de obra, com vistas a subsidiar a execução de atividades acessórias, instrumentais e complementares, indispensáveis ao regular funcionamento da Autarquia e ao cumprimento de sua missão institucional.

4.2. A contratação pretendida encontra amparo no Decreto nº 9.507/2018, na Instrução Normativa nº 5/2017, na Portaria nº 443/2018 e na legislação trabalhista vigente, que disciplinam a execução indireta de serviços no âmbito da Administração Pública.

4.3. Atualmente, a CCCPM dispõe de quantitativo extremamente reduzido de servidores civis submetidos ao Regime Jurídico Único (RJU), sendo que os remanescentes desempenham atribuições distintas daquelas relacionadas ao objeto da futura contratação. Registre-se que, há aproximadamente 35 (trinta e cinco) anos, a Autarquia possuía quadro técnico robusto, composto por cerca de 120 (cento e vinte) servidores civis, o qual foi progressivamente reduzido em decorrência de aposentadorias, exonerações, redistribuições e falecimentos.

4.4. A evolução do quadro funcional abaixo evidencia a acentuada redução do número de servidores, passando de 18 (dezoito), em janeiro de 2014 para apenas 1 (um) servidor em janeiro de 2026, o que demonstra, de forma inequívoca, a incapacidade operacional da Autarquia em suprir, por meios próprios, as demandas inerentes às atividades de apoio técnico.

DATA	Nº SERVIDORES RJU
------	-------------------

Janeiro de 2014	18
Janeiro de 2015	16
Janeiro de 2016	14
Janeiro de 2017	12
Janeiro de 2018	08
Janeiro de 2019	08
Dezembro de 2019	05
Dezembro de 2020	04
Janeiro de 2026	01

4.5. Nesse contexto, com fundamento na Instrução Normativa nº 5/2017, justifica-se a contratação do objeto em tela, devido à necessidade de a CCCPM manter-se em operação. O Decreto-Lei nº 200/1967, em seu art. 10, §7º, estabelece que para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

4.6. Destaca-se, ainda, que o encerramento dos contratos administrativos anteriormente celebrados com as empresas SULWORK TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA e C GALATI LTDA, sem a devida substituição por nova contratação, poderá comprometer significativamente a capacidade operacional da CCCPM, especialmente no que se refere à manutenção e ao funcionamento de seus sistemas e equipamentos de Tecnologia da Informação. Tal cenário representa risco concreto de solução de continuidade, com potenciais prejuízos aos beneficiários da Autarquia e ao erário, notadamente em razão da necessidade de gestão dos contratos de mútuo em andamento.

4.7. Ressalta-se que, ao longo do período compreendido entre 2010 e 2020, a Autarquia envidou esforços no sentido de recompor seu quadro de pessoal por meio da realização de concursos públicos, não obtendo êxito nessa iniciativa, o que contribuiu para o atual cenário de insuficiência de recursos humanos.

4.8. Adicionalmente, verifica-se que o modelo de execução indireta adotado nos contratos vigentes no período de 2021 a 2026 mostrou-se adequado e eficiente para o atendimento das demandas institucionais, evidenciando-se como solução aderente ao interesse público.

4.9. Por fim, observa-se que a redução dos postos de trabalho na Autarquia implicou aumento significativo da demanda sobre a área de Tecnologia da Informação, especialmente em razão da ampliação do uso de soluções digitais e do atendimento remoto aos beneficiários, reforçando a necessidade de manutenção dos postos de trabalho atualmente existentes.

4.10. Dessa forma, conclui-se que os contratos anteriormente celebrados constituem referência adequada para a nova contratação, devendo ser utilizados como paradigma, com os devidos ajustes, de modo a assegurar a continuidade dos serviços, a eficiência administrativa e o atendimento ao interesse público.

5. Necessidades Tecnológicas

5.1. Perfis Profissionais e Requisitos Técnicos Mínimos

5.1.1. Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e capacitados, observados os requisitos mínimos de formação, experiência e conhecimentos técnicos estabelecidos a seguir:

ITEM 01: ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS – SÊNIOR:	
FORMAÇÃO MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> Nível superior completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação

TEMPO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMO:	<ul style="list-style-type: none"> • 04 (quatro) anos de experiência comprovada na área.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem de Programação JAVA, PHP, DOT.NET(VISUAL STUDIO), VB 6.0, LINUX, SHELL SCRIPT, SQL SERVER, POSTGRE SQL, FIREBIRD, APACHE ,IIS, AWK, HTML ,CSS, SQL. • POWER ARCHITECT, por meio de qualificação universitária ou por cursos com carga horária mínima de 200h/a e comprovação de experiência em desenvolvimento/programação e levantamento de requisitos.
CONHECIMENTOS BÁSICOS DESEJÁVEIS DE INFORMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Pacote Office ou Br Office; Correio Eletrônico; BIZAGI Excel Avançado e ASTAH (UML); Adianti Framework com experiência comprovada mínima de 4 anos; VB 6.0 com experiência mínima comprovada de 10 anos; PHP com experiência mínima comprovada de 10 anos; conhecimento em operações imobiliárias com experiência mínima comprovada de 4 anos em manutenção e/ou desenvolvimento de sistemas afins. Conhecimento em linguagem pdf e experiência em desenvolvimento utilizando integração com api do gov.br.

ITEM 02: ANALISTA DE REDES E DE COMUNICAÇÃO DE DADOS - PLENO:	
FORMAÇÃO MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Nível superior completo em Ciência da Computação, Sistemas de Informação
TEMPO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMO:	<ul style="list-style-type: none"> • 03 (três) anos de experiência comprovada.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Administração de redes (ou equivalente) por meio de qualificação universitária ou por cursos com carga horária mínima de 200h/a e comprovação de experiência em suporte avançado de rede e ao usuário.
CONHECIMENTOS BÁSICOS DESEJÁVEIS DE INFORMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência de 3 anos comprovada em administração de servidores Windows, Linux e administração de rede utilizando switches gerenciáveis e Firewalls. • Conhecimento comprovado na ferramenta BACULA para implementação e monitoramento de ferramentas de backup de dados. • Conhecimento em BR Office para elaboração de planilhas e relatórios técnicos de performance e disponibilidade de ativos de rede e servidores.

ITEM 03: ANALISTA DE SUPORTE COMPUTACIONAL - PLENO:	
FORMAÇÃO MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino médio completo.
TEMPO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMO:	<ul style="list-style-type: none"> • 03 (três) anos de experiência comprovada.
FORMAÇÃO ESPECÍFICA MÍNIMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Curso técnico em Processamento de Dados ou Informática
CONHECIMENTOS BÁSICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Pacote Office e Br Office para elaboração de relatórios e planilhas; suporte para Correio Eletrônico. • Manutenção de microcomputadores e notebooks (hardware e software) incluindo diagnóstico, substituição de componentes e instalação de softwares incluindo sistemas operacionais Windows e Linux.

- Administração de sistemas Linux (Ubuntu), gestão de redes TCP/IP controlando acessos e permissões.
- Gestão de portais de intranet e internet com conhecimento sólido de DRUPAL 10.
- Gerenciamento de antivírus corporativo (Kaspersky).
- Patching e atualização de sistemas.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

6.1. Requisitos de Negócio

6.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio, os quais deverão ser integralmente observados pela contratada:

I. Manter seus empregados, devidamente identificados e qualificados, à disposição nas dependências da Contratante para a adequada prestação dos serviços.

II. Não compartilhar os recursos humanos alocados ao contrato com outros ajustes firmados, de modo a garantir a dedicação exclusiva da mão de obra.

III. Possibilitar a fiscalização do acompanhamento quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

IV. Prestar o serviço com estrita observância às disposições do edital de licitação e seus anexos, às normas da IN/SEGES/MP nº 05/2017, à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria vigente, à legislação trabalhista e demais normas aplicáveis.

V. Promover, de forma contínua, a capacitação e requalificação de seus empregados, visando à atualização técnica e à melhoria da qualidade dos serviços prestados.

VI. Declarar, quando da participação no certame, pleno conhecimento das condições necessárias à execução dos serviços.

VII. Efetuar o controle diário da jornada de trabalho dos empregados e apresentar à CCCPM sempre que solicitado pelo fiscal do contrato. Se couber, esse controle poderá ser por registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme estabelece o art. 74, § 2º, da CLT. Caso a contratada decida realizar o controle da jornada por meio mecânico ou eletrônico, o equipamento deverá ser fornecido e instalado, pela contratada, no local da prestação de serviços em até 5 (cinco) dias úteis da data de assinatura do contrato. A instalação de Registrador Eletrônico de Ponto (REP) deverá atender às regras constantes na Portaria n.º 671/2021 – MTE.

VIII. Anuir com a glosa proporcional ou total das horas não trabalhadas nas hipóteses de faltas aos serviços em decorrência de paralisação do transporte público, interesses particulares e quaisquer situações assemelhadas, ficando, todas as obrigações trabalhistas decorrentes das referidas faltas, integralmente sob responsabilidade da contratada.

IX. Disponibilizar os colaboradores nas 40 (quarenta) horas semanais da carga horária estabelecida de execução dos serviços, de segunda a sexta-feira, nos horários definidos pela CCCPM, de acordo com as necessidades da instituição, que, a princípio, implicará em jornada de trabalho que começa às 08 (oito) horas e se finda às 17 (dezessete) horas, com 1 (uma) hora de intervalo intrajornada. Convém externar que, havendo necessidade, o horário de execução das atividades poderá ser alterado, sendo, para tanto, a contratada informada por meio de comunicado formal, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

X. Comunicar imediatamente à fiscalização técnica quaisquer ocorrências que possam comprometer a execução ou a qualidade dos serviços.

XI. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual, dentro do horário de expediente bancário até o 5º dia útil do mês subsequente da efetiva prestação dos serviços, mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

XII. Realizar o pagamento a título de vale-transporte e vale-alimentação/refeição até o último dia útil do mês imediatamente anterior àquele em que os benefícios serão usufruídos pelo colaborador.

XIII. Cientificar-se que, com vistas à garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, os valores destinados ao pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão depositados pela contratante em conta vinculada específica, aberta em nome da contratada, e com movimentação autorizada pela contratante.

XIV. Fornecer, sempre que solicitados pela contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da contratante.

XV. Reconhecer o desconto feito pela contratante nas faturas e a realização de pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, num prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da comunicação, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

XVI. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

XVII. Disponibilizar o preposto presencialmente nas instalações da contratante quando requisitado pelos gestor e/ou fiscais do contrato. Nas demais situações cotidianas, deverá estar acessível, por telefone (fixo e/ou celular), no período mínimo de 9h às 12h e de 14h às 16h, de segunda-feira à sexta-feira, e, fora desse período, por meio de telefone ou conta de e-mail.

6.1.2. Em alusão ao art. 18, §2º, da IN SEGES/MP nº 05/2017:

6.1.2.1. A opção pela conta-depósito vinculada frente ao pagamento pelo fato gerador se justifica pela inequívoca segurança jurídica, uma vez que assegura os recursos para férias, 13º salário e verbas rescisórias, o que previne a responsabilidade subsidiária do ente público em caso de abandono ou falência da prestadora.

6.1.2.2. Embora impacte o capital de giro da empresa, o pagamento pelo fato gerador, por não possuir retenções prévias de valores, proporciona melhor fluxo de caixa, sem contar que contribui para melhor alocação de recursos públicos, pagando à contratada somente no mês em que o evento trabalhista ocorre.

6.1.2.3. No entanto, historicamente, empresas contratadas para prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra têm passado por percalços ao longo da vigência da contratação, circunstância que eleva o risco da contratante. O custo operacional e de gestão elevado, característica marcante do pagamento pelo fato gerador, encontra razão no acúmulo de tarefas já conferidas aos servidores militares que comporão a fiscalização, dificultando a sua adoção para a referida contratação.

6.1.3. Em caso de diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver, será observada a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, que dispõe sobre as regras e procedimentos para a possibilidade de compensação de jornada nos contratos de prestação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

6.2. Requisitos de Capacitação

6.2.1. Assegurar que todos os profissionais alocados ao contrato mantenham-se continuamente atualizados quanto às inovações tecnológicas relacionadas a hardware, software, redes e sistemas de informação.

6.3. Requisitos Legais

6.3.1. A futura contratação deverá observar, no que couber, os seguintes dispositivos legais e normativos:

I. Lei nº 14.133/2021;

II. Lei Complementar nº 123/2006;

III. Lei nº 13.709/2018 (LGPD);

IV. Decreto nº 9.507/2018;

V. Decreto nº 12.174/2024;

VI. Instrução Normativa SEGES/ME nº 5/2017;

VII. Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022;

VIII. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021;

IX. Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022;

X. Portaria MPDG nº 443/2018; e

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

7.1. A estimativa de quantitativos para a presente contratação foi definida com base nas necessidades operacionais da CCCPM, considerando a demanda atual por serviços de Tecnologia da Informação.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UND. MEDIDA	QTD DE POSTOS
01	Analista de desenvolvimento de sistemas - Sênior	MÊS	01 (um)
02	Analista de redes e de comunicação de dados - Pleno	MÊS	01 (um)
03	Analista de suporte computacional - Pleno	MÊS	01 (um)
TOTAL			3 (três)

7.2. Justificativa do Quantitativo

7.2.1. O quantitativo proposto contempla o mínimo necessário para garantir a continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da CCCPM, assegurando o atendimento às demandas relacionadas à sustentação de sistemas, suporte à infraestrutura de rede e atendimento aos usuários.

7.2.2. A definição de 01 (um) posto para cada perfil profissional visa manter o equilíbrio entre economicidade e eficiência administrativa, considerando o atual cenário de restrição de recursos humanos e a criticidade dos serviços prestados.

8. Justificativa para não adoção de IRP

8.1. A não adoção do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP) para a contratação de serviços de apoio técnico em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) fundamenta-se na inviabilidade de padronização do objeto e na ausência de interesse potencial de outros órgãos pela personalização da demanda. Ademais, a dedicação exclusiva requerida afasta a variabilidade da demanda, reduzindo a flexibilidade e a lógica de SRP, uma vez que os profissionais serão remunerados mensalmente, em cumprimento de sua jornada de trabalho nas instalações da Administração.

8.2. Os serviços pretendidos possuem características específicas, relacionadas ao ambiente tecnológico e às necessidades internas deste órgão, demandando solução customizada e profissionais com perfis técnicos adequados, o que dificulta o compartilhamento por meio de ata de registro de preços.

8.3. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere aos princípios da eficiência e do planejamento, bem como às disposições relativas ao Sistema de Registro de Preços, a adoção da IRP deve ocorrer quando houver possibilidade de ganhos de escala, em cenário no qual o objeto apresente adequada padronização e possibilidade de contratação por unidades de medida que favoreçam a flexibilidade da demanda, como horas de serviço ou regime de tarefa, ou, ainda, em situações de imprevisibilidade em que não seja possível à Administração definir previamente as quantidades a serem demandadas, associadas ao interesse de múltiplos órgãos — o que não se verifica no presente caso.

8.4. Adicionalmente, a realização de IRP implicaria aumento do prazo processual sem benefício proporcional, contrariando o interesse público.

8.5. Dessa forma, justifica-se a não adoção da IRP, por não se mostrar vantajosa nem adequada à presente contratação, considerando os critérios pertinentes de adoção estabelecidos no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

9. Levantamento de soluções

9.1. A presente contratação encontra-se alinhada às diretrizes da Administração Pública Federal voltadas à modernização e à racionalização da máquina administrativa, com foco na eficiência, economicidade e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Nesse contexto, busca-se concentrar esforços nas atividades finalísticas da Autarquia, promovendo a execução indireta das atividades de apoio, nos termos da legislação vigente.

9.2. Sob essa perspectiva, os serviços auxiliares, de natureza acessória, instrumental ou complementar, podem ser executados de forma indireta, desde que não envolvam atribuições típicas de Estado, tais como a prática de atos administrativos ou a tomada de decisão institucional.

9.3. A execução indireta das atividades objeto desta contratação encontra respaldo no Decreto nº 9.507/2018, especialmente em seu art. 3º, § 1º, bem como no art. 7º da Instrução Normativa nº 5/2017, que disciplinam a terceirização de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

9.4. Para a elaboração deste Estudo, adotou-se como referência a contratação anteriormente realizada pela Autarquia, a qual se mostrou adequada sob os aspectos de eficiência e de atendimento às necessidades institucionais. Adicionalmente, procedeu-se ao levantamento de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, mediante a análise de processos licitatórios, com o objetivo de identificar boas práticas, metodologias, tecnologias e soluções de mercado potencialmente aplicáveis.

9.5. Verificou-se que o objeto em análise possui natureza comum, não apresentando complexidade técnica relevante que justifique a adoção de soluções alternativas mais sofisticadas ou de modelos distintos de contratação, sendo possível sua adequada especificação por meio de padrões usuais de mercado.

9.6. Dessa forma, com base no levantamento realizado e considerando os princípios da economicidade, eficiência, eficácia e padronização, conclui-se que a contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns, com dedicação exclusiva de mão de obra, constitui a solução mais vantajosa para a Administração.

IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Contratação, por preço global, de empresa, pessoa jurídica, para o apoio na prestação de serviços administrativos diversos, executados de forma indireta e contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha (CCCPM)
2	Contratação de empresa para prestação de serviços de apoio em Tecnologia da Informação sob demanda, em regime de execução por tarefa, a serem realizados fora das dependências da CCCPM.

10. Análise comparativa de soluções

10.1. Dentre as alternativas analisadas, verifica-se que a solução 01 apresenta-se como a mais adequada para o atendimento das necessidades da CCCPM. Ressalta-se que tal modelo já vem sendo adotado pela Autarquia ao longo dos últimos anos, tendo demonstrado viabilidade sob os aspectos econômico e operacional, além de pertinente adaptação às condições físicas e organizacionais da instituição.

10.2. Por outro lado, a solução 02 mostra-se inviável sob o ponto de vista técnico e operacional. Isso porque o ambiente tecnológico da CCCPM encontra-se inserido na infraestrutura da Marinha do Brasil, a qual possui restrições rigorosas de acesso à sua rede interna e aos servidores que hospedam sistemas institucionais e de terceiros devidamente licenciados.

10.3. Nesse contexto, o acesso aos referidos sistemas é restrito a equipamentos previamente autorizados, com endereçamento IP configurado e autenticado por meio do proxy institucional, sendo vedado o acesso por dispositivos externos não homologados. Tal limitação inviabiliza a execução remota da maior parte das atividades previstas no escopo da contratação, comprometendo a eficiência e a continuidade dos serviços.

10.4. Dessa forma, conclui-se que a solução 01 é a única alternativa tecnicamente viável e aderente às necessidades da Administração, garantindo a continuidade dos serviços, a segurança da informação e o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica da Autarquia.

--	--	--	--	--

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	x		
	Solução 2	x		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
	Solução 2			x
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			x
	Solução 2			x
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			x
	Solução 2			x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			x
	Solução 2			x
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			x
	Solução 2			x

11. Registro de soluções consideradas inviáveis

11.1. Dentre as alternativas analisadas, destaca-se como inviável a solução 2, pelos seguintes motivos:

11.1.1. Restrições de acesso à infraestrutura tecnológica:

11.1.1.1. O ambiente de Tecnologia da Informação da CCCPM está integrado à rede da Marinha do Brasil, a qual adota rigorosos controles de segurança da informação. O acesso aos sistemas institucionais e aos servidores, inclusive àqueles que hospedam soluções de terceiros licenciadas para a Autarquia, é restrito a equipamentos previamente autorizados, com endereçamento IP configurado e autenticado por meio de proxy institucional, o que inviabiliza o acesso remoto por dispositivos externos;

11.1.2. Incompatibilidade com a natureza dos serviços:

11.1.2.1. Grande parte das atividades previstas no escopo da contratação exige atuação presencial, incluindo suporte técnico direto aos usuários, manutenção de equipamentos, administração de redes locais e intervenções em infraestrutura física de TI;

11.1.3. Risco à continuidade dos serviços:

11.1.3.1. A ausência de profissionais alocados de forma contínua comprometeria a capacidade de resposta a incidentes e a demandas críticas, podendo ocasionar indisponibilidade de sistemas e prejuízos às atividades institucionais;

11.1.4. Dificuldade de fiscalização e controle:

11.1.4.1. O modelo remoto e sob demanda dificultaria o acompanhamento efetivo da execução contratual, reduzindo a capacidade de supervisão e controle por parte da Administração;

11.1.5. Potenciais riscos à segurança da informação:

11.1.5.1. A tentativa de eventual flexibilização dos acessos para viabilizar a execução remota poderia implicar vulnerabilidades no ambiente tecnológico, contrariando as políticas de segurança adotadas pela Marinha do Brasil.

12. Análise comparativa de custos (TCO)

12.1. A análise de custo total de propriedade (TCO) considera os custos diretos e indiretos associados às soluções avaliadas, incluindo mão de obra, gestão contratual, riscos operacionais e impactos decorrentes da eventual indisponibilidade dos serviços.

12.2. A Solução 01 (contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, em regime presencial) apresenta custos fixos mensais, porém garante maior previsibilidade orçamentária, continuidade dos serviços, resposta imediata às demandas e redução de riscos operacionais e de indisponibilidade dos sistemas. Ademais, não há custos de transição, uma vez que o modelo já é adotado pela Autarquia.

12.3. Por sua vez, a solução 02 (execução sob demanda), embora possa indicar menor custo direto, em tese, apresenta custos indiretos mais elevados, associados à maior dificuldade de controle, ao aumento do tempo de resposta, aos riscos à continuidade dos serviços e a possíveis investimentos adicionais em infraestrutura e segurança. Ressalta-se, ainda, sua inviabilidade técnica no contexto da CCCPM.

12.4. Dessa forma, sob a ótica do custo total de propriedade, conclui-se que a solução 01 é a alternativa mais vantajosa, por assegurar melhor relação entre custo, eficiência e mitigação de riscos, atendendo adequadamente ao interesse público.

13. Descrição da solução de TIC a ser contratada

13.1. A solução 01 consiste na contratação, por preço global, de empresa especializada, pessoa jurídica, para a prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação (TI), a serem executados de forma indireta, contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da CCCPM, situada no município do Rio de Janeiro/RJ.

Natureza do objeto

13.2. O objeto da presente contratação possui natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste Termo de Referência, mediante especificações usuais de mercado. A contratação será realizada por meio de pregão, na forma eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o menor preço.

13.3. Trata-se de serviço continuado, que compreenderá a dedicação exclusiva de mão de obra. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração, sendo vedada qualquer relação que caracterize pessoalidade ou subordinação direta.

Justificativa para adoção de grupo

13.4. A adoção do critério de julgamento por grupo de itens, que contemplará as 3 (três) categorias profissionais, justifica-se pela interdependência técnica e operacional, cuja execução integrada por um único prestador garante maior eficiência, padronização e qualidade dos serviços. A contratação de forma individualizada poderia gerar dificuldades de integração, aumento de custos administrativos e riscos à execução contratual. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o agrupamento é admitido quando demonstrada sua vantajosidade técnica e econômica, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade. Dessa forma, o julgamento por grupo mostra-se mais adequado ao interesse público.

13.5. Manifesta-se não haver, no escopo da solução, nenhuma consideração infringente aos termos do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021, combinado com o art. 7º, §§ 1º, 8º e 9º, da IN SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, haja vista que o objeto se refere a atividades auxiliares, instrumentais, acessórias ou de apoio, cuja natureza ressalva a terceirização na exceção veiculada no parágrafo único do art. 9º da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

IN SGD/ME nº 94, de 2022

13.6. Com fito de não restarem dúvidas sobre a adequação da solução aqui descrita ao estabelecido no art. 5º da IN SGD/ME nº 94, de 2022, considerar-se-ão, por ocasião do planejamento da contratação, as vedações lá impostas, para que não se macule o processo de obtenção, deixando-se, inclusive, para a fase de gestão contratual, a recomendação de não incorrer em ingerência em práticas de exclusiva responsabilidade da contratada.

13.7. Outrossim, convém ressaltar que a contratação de empresa especializada no apoio à prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação atenderá aos pormenores veiculados no Anexo I da IN SGD/ME nº 94, de 2022, mormente os relacionados aos serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de software, aos serviços de desenvolvimento, sustentação e manutenção de portais na internet e aos requisitos e obrigações quanto à segurança da informação e privacidade, cujas disposições, já constantes no instrumento normativo e acrescentadas nas peças acostadas, deverão ser verificadas por ambas na relação contratual vindoura.

Interesse público

13.. Sendo, assim, entende-se demonstrado o interesse público, uma vez que as atividades acessórias dos colaboradores contribuirão com o fim institucional da Autarquia que justificou sua criação.

14. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 542.458,56

14.1. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com os parâmetros constantes da redação da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

14.2. Inicialmente, cumpre destacar que é vedado à Administração praticar atos de ingerência na gestão da contratada, como o estabelecimento direto da remuneração dos seus empregados, salvo nas hipóteses previstas no Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, ou em situações específicas que demandem profissionais com qualificação superior àquela usualmente remunerada pelo piso da categoria, desde que devidamente justificadas, nos termos do art. 5º, inciso VI, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

14.3. Considerando que o objeto da contratação envolve dedicação exclusiva de mão de obra, admite-se a definição de parâmetros remuneratórios mínimos na planilha de custos e formação de preços, com base em critérios técnicos. Nesse contexto, ao se adotar como referência os salários praticados no contrato vigente e avaliar sua aderência à complexidade dos serviços, ao ganho de eficiência esperado e à qualificação exigida, verificou-se a necessidade de sua manutenção, inclusive com tendência à majoração, em razão das exigências específicas dos postos, que os distinguem dos demais profissionais da mesma ocupação, conforme segue:

14.3.1. Analista de desenvolvimento de sistemas - 2124-05: PHP com experiência mínima comprovada de 10 anos.

14.3.2. Analista de redes e de comunicação de dados - 2124-10: conhecimento comprovado na ferramenta BACULA para implementação e monitoramento de ferramentas de backup de dados.

14.3.3. Analista de suporte computacional - 2124-20: gestão de portais de intranet e internet com conhecimento sólido de DRUPAL 10.

14.4. Com fulcro no art. 5º, caput e § 1º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, somente serão aceitas propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valor igual ou superior ao somatório do salário-base, auxílio-alimentação, reembolso-creche e demais benefícios de natureza social detalhados na estimativa elaborada pela Administração.

14.5. Para conferir maior robustez à amostra, frente aos valores registrados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, utilizou-se o salário médio franqueado no portal de salários (<https://www.salario.com.br/profissao/>) para referência parametrizada, conforme previsto no art. 5º, III, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. O salário médio por CBO no Portal Salário representa a média aritmética das remunerações de admissão e desligamento CLT, calculada com base nos registros do CAGED/MTE nos últimos 12 meses.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES	SALÁRIO-BASE (R\$)
2124-05 - Analista de desenvolvimento de sistemas	7.953,91
2124-10 - Analista de redes e de comunicação de dados	5.264,36
212420 - Analista de suporte computacional	3.739,94

14.6. Como a carga horária dos empregados considerada para a composição do salário médio corresponde a uma jornada de 42 (quarenta e duas) horas semanais, procedeu-se ao seu ajuste proporcional para 40 (quarenta) horas semanais, a fim de evitar o pagamento por serviços não prestados.

14.7. Os salários-base acima listados mostram-se superiores aos anteriormente ajustados, desde 2021, em razão do ganho de eficiência esperado, da especificidade dos serviços e da qualificação diferenciada da mão de obra, que requer profissionais com remuneração acima da tendência central de mercado patentemente caracterizado por elevada heterogeneidade quanto ao nível de experiência.

14.8. Adicionalmente, a composição dos custos e da formação dos preços recorreu ao entendimento consolidado na Convenção Coletiva de Trabalho do SINDPD-RJ.

14.9. Registre-se que os salários adotados retomam patamares da contratação anterior junto à ABRADECONT (TC nº 78000/2015-010/00), no ano de 2020, evidenciando coerência entre a exigência profissional e os valores praticados (2124-05 – R\$ 7.336,17; 2124-10 – R\$ 5.274,13; 2124-20 – R\$ 3.099,93).

14.10. A estimativa de preço foi realizada mediante a utilização do parâmetro estabelecido na alínea “b.1”, subitem 2.9, do Anexo V, da IN SEGES /MPDG nº 5/2017, relativo ao preenchimento da planilha de custos e formação de preços.

14.11. Segue abaixo tabela com a descrição dos serviços, quantidades e valores a serem contratados de acordo com a lógica considerada na planilha de custos e formação de preços:

Número do item	#1	#2	#3	Total
Serviços	Analista de desenvolvimento de sistemas	Analista de redes e de comunicação de dados	Analista de suporte computacional	-
CBO	2124-05	2124-10	2124-20	-
Unidade de medida	Mensal	Mensal	Mensal	-
Carga horária	40 horas	40 horas	40 horas	-
Custo por posto	R\$ 20.151,92	R\$ 14.210,31	R\$ 10.842,65	R\$ 45.204,88
Quantidade	1	1	1	3
Custo total anual	R\$ 241.823,04	R\$ 170.523,72	R\$ 130.111,80	R\$ 542.458,56

Notas Explicativas - Planilha Analítica de Custos e Formação de Preços				
Módulo 1				
- Salário Base: salário mensal definido em acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, exceto se houver estipulação de valores mínimos de remuneração dos trabalhadores por conselho profissional, quando houver necessidade de afastar o risco de selecionar colaboradores com capacitação inferior à necessária para a execução dos serviços, por meio de pesquisas de mercado, de dados obtidos junto a associações e sindicatos de cada categoria profissional e de informações divulgadas por outros órgãos públicos que tenham recentemente contratado o mesmo tipo de serviço. De acordo com o TCU, a fixação de remuneração mínima no edital somente é cabível, com restrições, nos casos de terceirização de mão de obra com alocação de postos de trabalho. Importante ainda que, como a planilha de custos é baseada em empregados mensalistas, consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal no salário mensal nos termos do § 2º do art. 7º da Lei 605/1949. Não há majoração de remuneração sob a justificativa de adicionais de periculosidade, insalubridade e feriado de trabalho, de hora extra, de sobreaviso e de intervalo intrajornada.				
Submódulo 2.1				
A	13º Salário	8,33%	((1/12) x 100) 8,33%	Art. 7º, VIII, CF/88. Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021
B	Adicional de Férias	2,78%	((1/3) x (1/12) x 100) 2,78%	Art. 7º, XVII, CF/88.
C	Férias (custo não renovável)	8,33%	((1/12) x 100) 8,33%	Art. 7º, XVII, CF/88.
	Total	19,44%		
- 13º Salário - Gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962. O percentual dessa rubrica pode ser obtido pelo cálculo: ((1/12) x 100) = 8,33%.				
- Adicional de Férias - A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês. Assim, a provisão para atender as despesas relativas ao adicional de férias corresponde a: ((1/3)*(1/12) x 100) = 2,78%.				
- Férias (custo não renovável) - tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato, por não existir pagamento subsequente. Deve ser utilizada somente quando não existir provisão para substituição durante férias (item A do Módulo 4), uma vez que essa última não é acionada no último período de vigência do contrato. Caso seja adotada a rubrica férias, a mesma ao final do contrato de 12 meses, torna-se custo não renovável. Assim, o percentual será suprimido após os 12 meses de vigência do contrato (Incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018). Isso não interfere o contingenciamento trabalhista em prol da conta vinculada até o final da vigência do contrato.				
Submódulo 2.2				

A	INSS	20,00%	Art. 22, Inciso I, da Lei nº 8.212/91. (3) Lei 12.546/2011 e suas alterações - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).
B	Salário Educação	2,50%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 3º, inciso I do Decreto nº 87.043/1982; art. 15 – Lei nº 9.424/96; art. 1º § 1º - Decreto Nº 6.003/2006; art. 212 § 5º da Constituição Federal; Súmula Nº 732 do STF.
C	GILL/RAT = RAT x FAP	3,00%	Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 e/ou legislação superveniente. Súmula 351 do STJ. Pela natureza do objeto, optou-se por estimativa que denote tendência central.
D	SESC ou Sesi	1,50%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; art. 30 da Lei nº 8.036/90; art. 1º da Lei nº 8.154/90; art. 240 da Constituição Federal.
E	SENAI ou SENAC	1,00%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Decreto n.º 2.318/86.
F	SEBRAE	0,60%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Art. 8º, Lei n.º 8.029/90 e Lei n.º 8154/90.
G	INCRA	0,20%	Anexo II da IN RFB n. 2.110/22; Lei n.º 7.787/89; DL n.º 1.146/70; Lei Complementar nº 11/71.
H	FGTS	8,00%	Art. 15 da Lei nº 8.036/90.
I	PIS sobre Folha de Pagamento	0,00%	Art. 2º, I, "a", do Decreto 4.524/2002. Solução de Consulta COSIT/RFB n. 6.013/2017.
Total		36,80%	

Observação: Os valores dos encargos apresentados na planilha são calculados sobre os totais do Módulo 1 e Submódulo 2.1, mantendo o padrão da IN SG/MPDG n. 05/2017.

- Devido a aplicação da Lei 12.546/2011 e suas alterações (Desoneração da folha de pagamento), a contribuição previdenciária patronal (INSS) poderá não ser calculada no Submódulo 2.2, sendo substituída por alíquota diferenciada de acordo com a atividade, incidindo sobre o faturamento (compondo o módulo 6). 43. Orientação sobre reoneração gradual de folha de pagamento - alterações da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, pela Lei 14.973, de 16 de setembro de 2024 (atualizada em 03/07/25).

- GILL/RAT é a sigla correspondente à Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (o antigo Seguro de Acidente de Trabalho - SAT). A contribuição GILL/RAT é apurada por meio de um indicador criado pela Receita Federal: o RAT Ajustado. Sendo assim, em regra, considera-se para fins de definição da planilha modelo que GILL/RAT = SAT = RAT Ajustado. O cálculo do RAT ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT ajustado = RAT x FAP. A aplicação mínima ou máxima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas do RAT (1% a 3%) levará o percentual ajustado do RAT a uma variação entre 0,5% a 6%. A licitante deve preencher o item C do Submódulo 2.2 das planilhas analíticas de custos e formação de preços com o valor de seu RAT ajustado comprovando no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

- RAT (Riscos Ambientais do Trabalho) contém as alíquotas de 1%, 2% ou 3%, apurada com base na atividade preponderante da empresa (CNAE), deverá ser esclarecida e comprovada quando solicitado pelo pregoeiro, conforme Anexo V do Regulamento da Previdência Social – RPS (Decreto n. 3.048/1999) e regras de enquadramento dispostas na Instrução Normativa RFB n. 2.110/2022 e/ou legislação superveniente.

- FAP (Fator Acidentário de Prevenção) multiplicador variável num intervalo de 0,5 a 2,00 calculado anualmente pelo INSS considerando o número de acidentes do trabalho e doenças profissionais de cada empresa (Decreto nº 6.957/2009). Essa alíquota deverá ser comprovada mediante a apresentação do multiplicador FAP (FapWeb) vigente no momento da contratação, cujo valor é obtido no site da previdência social por meio de acesso individual da proponente.

- Entidades sem fins lucrativos: Para essas organizações, não há recolhimento de PIS e COFINS sobre as receitas referentes às atividades próprias. No que diz respeito ao PIS há recolhimento de 1% sobre a folha de salários, devendo esta alíquota ser incluída no item I do Submódulo 2.2. Nas planilhas de custos, deverão ser reexibidas as linhas correspondentes para visualização do total do Submódulo 2.2. Em relação à COFINS, caso a entidade auferir outras receitas que não seja resultado da atividade própria sobre este valor terá de calcular 7,6%. Esta receita deve ser tributada com base no sistema não cumulativo da contribuição (Lei nº 10.833/2003). Assim, uma associação sem Fins Lucrativos terá de apurar: 1% - a título de PIS-Sobre folha; e 7,6% de COFINS não cumulativo, sobre as receitas não derivadas de atividades próprias da associação. Isto porque as atividades próprias gozam de isenção. No caso de entidade que goza de imunidade, a mesma deverá possuir a certificação das entidades beneficentes de assistência social (CEBAS), nos termos da Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. A referida certificação será necessária para comprovar a imunidade de diversos tributos, tais como PIS, COFINS, INSS, GILL/RAT, Terceiras Entidades.

Submódulo 2.3

- Para que não haja concorrência predatória durante sessão pública, os licitantes deverão observar os seguintes somatórios de salário-base, auxílio-alimentação, reembolso-creche e demais benefícios, para cada CBO: 212405 - R\$ 9.302,19; 212410 - R\$ 6.612,64; e 212420 - R\$ 5.088,22.

Módulo 3

AVISO PRÉVIO INDENIZADO - API

$\% \text{ API} = (\text{RE}12) \times \text{PERC}$

RE = Remuneração do Empregado (total do Módulo 1)

12 = número de meses no ano

PERC = percentual arbitrado de empregados que poderão ser demitidos sem a concessão de aviso prévio (cerca de 5%).

INCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE O API

$\% \text{ FGTS sobre API} = \text{API} \times 0,08 \times 100$

% FGTS sobre API = Índice que demonstra o custo estimado com a incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado

API = custo mensal do aviso prévio indenizado

0,08 = 8% (alíquota do FGTS)

MULTA DO FGTS SOBRE O API

% Multa sobre FGTS = $[1 + 2/12 + (13 \times 1/12)] \times \text{Alíquota do FGTS} \times \text{Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS} \times (1 - \text{estimativa de empregados que pedem demissão})$

Para fins deste modelo, considera-se que cerca de 10% dos empregados pedem demissão, e, portanto, o custo da multa sobre o saldo do FGTS recai sobre os 90% remanescentes.

% Multa e CS sobre FGTS = Índice que demonstra o custo estimado com a Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Indenizado

1 = Remuneração mensal

2/12 = Estimativa de 13º e férias sobre a remuneração

$(13 \times 1/12)$ = Estimativa de 1/3 de férias

0,08 = Alíquota do FGTS

0,4 = Alíquota da Multa sobre o saldo do FGTS

AVISO PRÉVIO TRABALHADO - APT

$\% \text{ APT} = (7/30) \div 12 \times 100$

% APT = Índice a ser aplicado sobre o total do Módulo 1 para estimativa mensal do custo com aviso prévio trabalhado

(7/30) = proporção de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar durante o mês

12 = número de meses no ano

INCIDÊNCIA DO SUBMÓDULO 2.2 SOBRE O APT

$\% \text{ Encargos sobre APT} = \% \text{ do Submódulo 2.2} \times \% \text{ Aviso Prévio Trabalhado}$

MULTA DO FGTS SOBRE O APT

$\% \text{ Multa e CS sobre FGTS} = \text{APT} \times 0,08 \times 0,4 \times 100$

- Aviso Prévio Indenizado - Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT.

- Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado- rescisão sem justa causa: Esse item corresponde ao valor da multa do FGTS (40%) que incide sobre o saldo dos depósitos efetuados na conta vinculada ao FGTS do trabalhador.

- Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado: o custo do aviso prévio trabalhado é acrescido da multa do FGTS (40%) que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicada sobre o custo de referência para o aviso trabalhado.

- O art. 12 da Lei n. 13.932/2019 extinguiu a cobrança da contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar 110/2001. Sendo assim, a planilha de formação de preços adotou a seguinte rubrica "Multa do FGTS ~~e contribuição social~~ sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado".
- Os valores das rubricas Aviso Prévio Trabalhado e Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado, por serem custos não renováveis, serão reduzidos após os 12 primeiros meses de vigência do contrato, conforme o Acórdão 1.186/2017 - TCU-Plenário.

Módulo 4

- Não serão considerados custos de reposição, uma vez que o posto a ser ocupado por colaborador da TI requer investigação rigorosa dos antecedentes pela Inteligência da corporação. O tempo concedido de ausência legal não justifica a convocação de folguista ou ferista, pois demandaria, de forma equânime, o processo retromencionado. O posto vago se postará ocupado momentaneamente por militares do Departamento da Tecnologia da Informação quando, na oportunidade, acumularem função.

Módulo 5

- Não serão exigidos da contratada o custeio de insumos, quais sejam: uniformes; equipamentos de proteção individual; outros materiais não depreciáveis; materiais depreciáveis.

Módulo 6

- Considerando os estudos apresentados no Manual de Preenchimento do Modelo de Planilhas de Custo e de Formação de Preços do STJ, o presente modelo utiliza o percentual máximo de 5,00% (cinco por cento) para alíquota de custos indiretos e de 10,00% para margem de lucro. Por fim, conforme Acórdão TCU n. 408/2019, respeitado o resultado da soma dos limites máximos definidos, as licitantes poderão cotar percentuais para os custos indiretos e margem de lucro fora dos patamares definidos no edital.
- As licitantes devem elaborar sua proposta e, por conseguinte, sua planilha com base no regime de tributação ao qual estará submetida durante a execução do contrato conforme Acórdão TCU-Plenário n. 2.647/2009. Para determinação do valor de referência, os tributos foram definidos pelo regime de tributação de Lucro Real com incidência não cumulativa.
- Seguindo a "19. Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação de mãe de obra exclusiva" da Secretaria de Gestão, as licitantes tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e COFINS deverão apresentar as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições. Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.
- Devido a aplicação da Lei 13.161/2015 (desoneração da folha de pagamento), poderá ser observada a contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) por meio de alíquota diferenciada de acordo com a atividade, incidindo sobre o faturamento.

15. Justificativa técnica da escolha da solução

15.1. A significativa redução de postos de trabalho na Autarquia durante o contrato administrativo anterior teve um impacto considerável no setor de TI, que enfrentou um aumento expressivo na demanda, especialmente devido à adoção de recursos computacionais que dispensam o atendimento presencial aos beneficiários. Tal medida mostrou-se necessária para equilibrar a carga de trabalho com a capacidade da mão de obra disponível, o que evidencia a importância de a futura licitação manter os postos de trabalho inicialmente contratados.

15.2. Além disso, nos últimos dois anos, novas integrações com portais do governo, como o GOV.BR, e agendas, e a manutenção da página da internet com dados acessíveis ao TCU, gestão da nova central telefônica, entre outros, demandaram grande esforço da já reduzida equipe de TI da Autarquia. Esses esforços foram essenciais para adaptar os sistemas legados e garantir seu funcionamento no novo ambiente. Em paralelo, está em andamento o desenvolvimento de um novo sistema, programado em PHP, uma linguagem homologada pela Marinha, que irá integrar e substituir sistemas legados desenvolvidos em linguagens obsoletas e sem suporte, como o Visual Basic (VB6).

15.3. O objetivo desse novo sistema é aumentar a produtividade, reduzindo o tempo de concessão de benefícios, minimizando a intervenção humana e transformando todo o processo em um fluxo digital, o que elimina o trâmite físico de documentos, utilizando assinaturas digitais dentro do próprio sistema.

16. Justificativa econômica da escolha da solução

16.1. A solução escolhida apresenta melhor relação custo-benefício sob a ótica do custo total de propriedade, ao proporcionar previsibilidade orçamentária, continuidade dos serviços e redução de custos indiretos decorrentes de falhas operacionais e da indisponibilidade de sistemas.

16.2. Embora implique custos recorrentes, evita despesas adicionais com retrabalho, interrupções e adaptações estruturais, além de não demandar custos de transição, por se tratar de modelo já adotado pela Autarquia.

16.3. Dessa forma, mostra-se economicamente mais vantajosa em relação às alternativas analisadas, atendendo aos princípios da economicidade e da eficiência.

17. Parâmetros Sustentáveis

Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil: 2025-2027

17.1. Diretriz Estratégica – Observar o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas licitações e contratos, incentivando a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, por meio dos processos licitatórios, sempre que possível e tecnicamente viável.

17.1.1. Ação – Adotar de forma criteriosa as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da AGU, para as contratações da MB, sem prejuízo de outros normativos. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

17.1.1.1. Sobre mulheres vítimas de violência doméstica, mulheres trans, travestis, outras possibilidades do gênero feminino, e mulheres pretas e pardas, o desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho será critério de desempate em processos licitatórios, nos termos do disposto no inciso III do caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.1.1.1.1. Serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem: I. medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante; II. ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação; III. igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens; IV. práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual; V. programas destinados à equidade de gênero e de raça; e VI. ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

17.1.1.2. Quantos às previsões antidiscriminatórias, deverão constar nas obrigações da contratada: a) Reforçar aos prestadores de serviço terceirizado a importância da urbanidade e respeito amplo ao público, adotando medidas preventivas para evitar todo e qualquer tipo de discriminação no âmbito da unidade atendida por este contrato; b) Observar a Portaria MGI 6719, de 13 de setembro de 2024, que instituiu o Plano Federal de Prevenção e

Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Administração Pública Federal, suas Autarquias e Fundações; e c) Desenvolver políticas de enfrentamento do assédio e da discriminação nas relações de trabalho, bem como, na sua gestão, e ações de formação para suas empregadas e empregados.

17.1.1.3. Para tecnologia da informação e comunicação, não haverá exigência específica direcionada à contratada, pois somente serão alocados postos de trabalho, o que não afasta regras de sustentabilidade que serão ofertadas pela contratante, onde, na execução dos serviços, serão somente utilizados bens de informática que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023, ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

17.2. Diretrizes Estratégicas – Garantir o alinhamento estratégico e orçamentário vinculando, intrinsecamente, as contratações públicas ao Planejamento Estratégico da Marinha (PEM-2040), ao plano plurianual (PPA) e às leis orçamentárias (LDO, LOA) / Evitar contratações com sobrepreços ou com preços manifestadamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos / Promover a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços, de forma a aumentar e facilitar a participação das partes interessadas, especialmente pelo apoio das ferramentas digitais.

17.2.1. Ação – Após término da vigência da contratação, verificar quantidade consumida em relação à quantidade prevista no processo licitatório.

17.2.1.1. A contratação intencionada está alinhada ao planejamento orçamentário que subsidia ano a ano as promulgações das leis orçamentárias, mostrando-se necessária a terceirização de postos de trabalho voltados à entrega de resultado pela defasagem histórica da força de trabalho com a não realização de novos concursos públicos e remanejamento de militares agregados

17.2.1.2. A quantidade de postos de trabalho estabelecida é coerente com a lotação, como apresentado no Plano Diretor de Tecnologia da Informação da CCCPM, na seção ‘Tabela Mestra da Força de Trabalho’.

17.2.1.3. A automação dos processos de financiamento, dada a regra de negócio estabelecida, tem incumbido ao Departamento de Tecnologia da Informação para simplificar e modernizar procedimentos.

17.3. Diretriz Estratégica – Assegurar a transparência em todas as etapas do processo de contratação e logística, facilitando o controle social e a participação da sociedade, resguardados os casos em que o sigilo deve prevalecer.

17.3.1. Ação – Elaborar página em sítio eletrônico.

17.3.1.1. A página da CCCPM garante em botão específico o acompanhamento das contratações, bem como os produtos delas obtidos que permitem a visualização pelo controle social do compromisso da CCCPM perante os critérios de sustentabilidade.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

18.1. A contratação pretendida proporcionará os seguintes benefícios à CCCPM:

- I. Garantia da continuidade e da estabilidade dos serviços de Tecnologia da Informação;
- II. Aumento da eficiência operacional, com redução do tempo de resposta a demandas e incidentes;
- III. Melhoria da qualidade dos serviços prestados aos usuários internos e aos beneficiários;
- IV. Redução de riscos operacionais e de indisponibilidade de sistemas críticos;
- V. Fortalecimento da segurança da informação e da integridade dos dados institucionais;
- VI. Suporte à modernização tecnológica, incluindo a evolução e a substituição de sistemas legados;
- VII. Otimização de processos por meio da digitalização e da automação de atividades;
- VIII. Maior previsibilidade na gestão dos recursos de TI e no planejamento institucional.

19. Providências a serem Adotadas

19.1. Dar prosseguimento à contratação, com a adoção das medidas administrativas necessárias à formalização do processo licitatório e à celebração do contrato.

20. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

20.1. Justificativa da Viabilidade

19A contratação mostra-se viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, tendo em vista a adequação da solução às necessidades da Autarquia, a disponibilidade de empresas no mercado aptas à execução dos serviços e a compatibilidade dos custos estimados com os valores praticados.

Adicionalmente, a solução adotada já se encontra consolidada no âmbito da instituição, não havendo impedimentos para sua continuidade, garantindo a eficiência, a segurança e a continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação.

21. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE AUGUSTO RAMOS BELMONT

Chefe do Departamento de TI



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 11:46:48.

HEITOR GONCALVES BITTENCOURT

Ajudante da Divisão de Sistemas



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 12:11:01.

WEBERTON OLIVEIRA DA SILVA

Ajudante da Divisão de Sistemas.



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 12:03:59.